



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

20/10/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA CRIMINAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	2 - 4
2.2. JUÍZES.....	5 - 8
2.3. VARA CRIMINAL.....	9
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. JUÍZES.....	10 - 11
3.2. VARA CRIMINAL.....	12
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	13
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	14
5.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	15
5.3. VARA CRIMINAL.....	16 - 18

Antonio Pinheiro



O julgamento condenou o assassino a 19 anos de prisão.

Pastor é condenado a 19 anos e três meses pela morte de professor

De acordo com a linha de investigação, o pastor era amante da mulher da vítima

ANTÔNIO PINHEIRO

O Júri Popular condenou o pastor evangélico Roberval Serejo a 19 anos e três meses de prisão em regime fechado pela morte do professor Raimundo da Conceição Silva. O julgamento aconteceu durante o dia e início da noite de quarta-feira (17) no auditório da OAB e foi presidido pelo Juiz Adolfo Pires da Fonseca. O corpo de jurados era formado por quatro mulheres e três homens. O resultado foi anunciado às 19h30 minutos.

Os advogados de defesa defenderam a tese de legítima defesa, enquanto o promotor de Justiça, Carlos Róstão, como homicídio qualificado por motivo torpe. O

professor foi morto dentro do seu próprio veículo com uma facada no pescoço no dia 31 de dezembro de 2016, em um terreno baldio, no loteamento cinco irmãos, próximo ao condomínio residencial Cinco Estrelas, periferia de Imperatriz.

O pastor trabalhava na Igreja Batista da Vila Redenção, de acordo com as investigações, o assassino estava tendo um caso com a mulher de Raimundo da Conceição, a dona de casa Rosa Santana. A motivação do crime teria sido a ameaça do professor em contar para o Conselho da Igreja sobre o caso. A esposa do professor foi presa no mesmo dia da prisão do pastor, mas logo em seguida foi posta em liberdade pela justiça.



Paulo Rodrigues da Costa, defensor público e corregedor geral do Depen

Guiado pela vontade de vencer

Mesmo desacreditado pelo pai e enfrentando inúmeras dificuldades, mecânico em uma família de 10 irmãos, todos ligados ao ramo de oficina, conseguiu transformar sua realidade e chegar a ocupar um cargo de projeção nacional

EVANDRO JÚNIOR
Da Equipe de O Estado

De mecânico, soldador, marceneiro, caminhoneiro e ferreiro a corregedor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), órgão vinculado ao Ministério da Segurança Pública. A história de Paulo Rodrigues da Costa, que morou e trabalhou por vários anos no Maranhão e é um dos coordenadores do programa nacional Defensoria sem Fronteiras, é, no mínimo, um exemplo de que a força de vontade e a busca por conhecimento são elementos decisivos na vida de qualquer pessoa.

Mineiro de Lajinha, Paulo Rodrigues da Costa tinha tudo para seguir como um mecânico de mão cheia. Componente de uma família de 10 irmãos, nem o pai o incentivava a estudar e muito menos acreditava que ele pudesse ter outro ofício. Começou a trabalhar aos 9, como mecânico, e aos 16 teve de sair de casa para concluir o ensino médio. Serviu às Forças Arma-



Paulo Soares

“

Estou retornando ao Maranhão, a convite da Defensoria Pública do Estado, para ministrar uma palestra de encerramento na Semana Maranhense de Execução Penal. Vim também para ministrar outra palestra para estudantes da UNDB”

Paulo Rodrigues da Costa concluiu o curso de Direito aos 41 anos de idade

das e, após um ano, um mês e um dia, voltou ao batente como mecânico.

Adquiriu um caminhão e passou a tocar a vida nas estradas. Por força da necessidade, aprendeu a trabalhar com fibra e a atuar no conserto de baús e desempenho de chassis. Foram muitas barreiras, principalmente financeiras, sempre tombando, acreditando e levantando. Até que, olhando para o horizonte para vislumbrar um alento, decidiu apostar em um curso superior (Direito), sem nem mesmo compreender o processo de inscrição. Concluiu a empreitada aos 41, na Universidade de Barra Mansa (RJ). Um troféu para um sonhador que poderia ter perdido as esperanças.

“Foi aí que comecei a estudar para concursos públicos, apesar da total descrença de minha família de que eu poderia passar e ir mais longe. Tudo era muito complicado e difícil. Mas consegui e passei nos concursos do Pará e do Maranhão. Fui logo chamado para o segundo”, conta o defensor.

Carreira brilhante

A partir daí, o ex-mecânico passaria a delinear uma carreira brilhante, deslanchando de maneira surpreendente. No lugar das roupas sujas de graxa, vestiria o terno do conhecimento. Era chegada a hora de estacionar seu caminhão de dificuldades e investir ainda mais em sua força de vontade, inteligência e persistência, para agarrar todas as oportunidades. Instalado no Maranhão, Paulo Rodrigues da Costa, depois de trabalhar em São Luís, foi deslocado para Açailândia, onde contribuiria para a implantação do núcleo de atuação da Defensoria Pública naquele município. Em 2011, de volta a São Luís, assumiu a função de titular da Vara de Execuções Penais,

integrando, inclusive, o Conselho Penitenciário do Estado e o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Em 2014, foi eleito presidente do Conselho Penitenciário e, em seguida, a então governadora Roseana Sarney o convidaria para assumir a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Ele prontamente aceitou e adotou providências administrativas, conseguindo desenvolver um trabalho excelente no sistema prisional maranhense, investindo, entre outras coisas, na sistematização das informações, na assistência jurídica a presos e equipando e capacitando os servidores, entre outras medidas.

Em 2015, assumiria a Corregedoria Geral do Depen e, com sua expertise, a política de fortalecimento do sistema de correição nos presídios de todo o Brasil, trabalhando em vários eixos temáticos, entre eles, a estruturação tecnológica e logística. Foi um voo e tanto e Paulo Rodrigues da Costa orgulha-se de sua trajetória, sem rodeios. Dono de uma memória invejável, lembra datas e sequências de tudo o que enfrentou e colheu até agora.

Um de seus mais honrosos diplomas refere-se ao programa “Defensoria sem Fronteiras”, criado em 2009. “Fizemos ações, por exemplo, no Amazonas, Rondônia, Pará, Roraima, Ceará, Rio Grande do Norte e Macapá. Trata-se um trabalho em que reunimos vários defensores voluntários para ações, a partir de convênio com o Ministério da Segurança Pública, por meio do Departamento Penitenciário Nacional. Fazemos um diagnóstico da situação jurídica dos presos e da gestão do sistema penitenciário local”, e outras ações”, informa. ●

Íntegra em oestadoma.com/453443



O violinista e uma princesa ao lado de Gisele e Rogério Rondon segurando a filha aniversariante; no detalhe, a pequena Rafaela

RAFAELA

e a festa mágica do seu primeiro aniversário



Os juízes da Capital, Gisele e Rogério Rondon, foram os grandes anfitriões do dia 13 de outubro, na casa de eventos Villa Reale, para comemorar com uma festa mágica, inspirada numa fábula infantil, o primeiro aniversário de sua segunda filha, Rafaela. E embora fosse uma festa de criança, reuniu muitos nomes de prestígio de nossa sociedade e do Judiciário, que foram brindados com um ótimo jantar ao som da banda de animação Vagalume. Destaque para a colorida e florida decoração, arrematada por milhares de balões. Na recepção, dois personagens do mundo encantado saudavam os convidados.





O Repórter PH com os anfitriões Gisele e Rogério



Wai Oliveira



Adriana Bertrand



Karla Patrícia Diniz



Juiza Isabela Lago



José Pires de Castro e Guga com a aniversariante



Rafaela com os avós maternos Ruben e Aldenir Rondon e os pais Rogério e Gisele Rondon



Eduardo Jorge Lago e Manuela com os anfitriões



Desembargador Jorge Rachid Maluf e Jânia



Augusto Diniz (TVN)



Médico Romero Bertrand

Ódio, do bem?

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Tempos bicudos! O período eleitoral se tornou um “Fla-Flu”. E aí cada um tem defendido um candidato para além do fervor, beirando o ódio muitas vezes.

Acho positivo o fato das pessoas se preocuparem com a política, pois é esta - e muitos não percebiam - que definirá o futuro do nosso país e, por tabela, os nossos destinos. Porém, o ódio que muitos destilam é condenável e nunca será do bem, independente de quão meritório a pessoa entenda ser a bandeira ideológica que acredite e defenda.

Nesse contexto, chama-me a atenção a naturalidade com que alguns chamam um candidato e seus partidários de nazistas e fascistas. Acredito que essas pessoas, na melhor das hipóteses, não perceberam a gravidade desses rótulos por desconhecimento do que foram esses movimentos, ou, na pior, por irracionalidade e irresponsabilidade.

Recordemos, pois, o que foi o nazismo e o fascismo.

Primeiramente, indico os pontos em comum

dos dois modelos ideológicos: regimes autoritários, existência de um líder com imenso poder, eleição de um inimigo comum que devia ser derrotado pela sociedade e um Estado centralizador e onipresente na vida de todos.

O nazismo surgiu na Alemanha, após a Segunda Guerra Mundial, com o Partido Nazi, abreviatura do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, daí o apelido nazista aos seus seguidores. Neste, o líder era Adolf Hitler e o inimigo era o judeu.

O fascismo surgiu na Itália, cujo nome deriva da palavra italiana “fascio”, que remetia à “aliança” ou “união”. Aqui, o líder era Benito Mussolini e os inimigos eram o socialismo e o próprio liberalismo, já que tinham no Estado, e não no indivíduo, o propósito maior: “Tudo no Estado, nada contra o Estado e nada fora do Estado”.

A despeito de se sustentarem em modelos ideológicos parecidos, apenas com conteúdos distintos, importante destacar que a força do fascismo vi-

nha da união entre o Estado liderado por Mussolini, empresários escolhidos e sindicatos.

Como sabido, o nazismo matou cerca de 6 milhões de judeus, enquanto que a história aponta que Mussolini, por baixo, foi responsável pela morte de 30 mil etíopes, mais de 400 italianos, fora a prisão de milhares.

Pois bem, tendo lembrado o que foi cada um desses movimentos, explico o meu incômodo com o uso atual desses rótulos.

O holocausto, do qual foram vítimas milhões de judeus, não pode ser banalizado dessa forma, sob pena de diminuir o sofrimento terrível e abominável de um povo e que até hoje é lembrado com muita dor.

As mortes e as perseguições produzidas pelo fascismo, que causaram outro tanto de sofrimento, não podem ser amesquinhasadas dessa forma.

Hoje, o que se percebe é que a rotulação como nazistas ou fascistas, dos que ousam pensar diferente dos que rotulam, é uma só: desqualificar o opositor pelo grito, tornando-o inimigo e não mais simplesmente alguém que diverge no campo das ideias.

Esse ódio todo tem nome, sobrenome e não é do bem, até porque ódio e bem são sentimentos opostos: autoritarismo e desprezo pelo ideal democrático.

Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globom.com

Fotos/Divulgação/Danielle Vieira



O advogado e ex- Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso

Jornada Jurídica

Um dos eventos mais aguardados da comunidade acadêmica maranhense, a XIV Jornada Jurídica da UNDB, teve como tema, este ano, os 30 Anos da Constituição Federal Brasileira. E foi realizado no Hotel Luzeiros, reunindo, como sempre, grandes nomes da cena jurídica local e nacional em uma ampla programação de palestras, minicursos e conferências. Na abertura, o ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso fez uma palestra sobre "O Estado de Direito na Constituição de 1988: Teoria e Realidade". Destaque também para a presença dos Ministros do STJ Nefi Cordeiro, Marco Aurélio Buzzi e Reynaldo Soares da Fonseca como conferencistas convidados.

Entre os temas debatidos no evento, questões relevantes como Delações Premiadas, Conciliação, Estatuto das Pessoas com Deficiência, Direitos Fundamentais e Judicialização, Biodiversidade e Sociedade Sustentável, entre outros.

A Jornada comemorou também os 15 anos do Curso de Direito da UNDB, que conta agora com status de Centro Universitário.



Des. Manoel Aureliano Neto (TJ-MA), o Diretor do Curso de Direito da UNDB Des. Fed. Ney Bello Filho e o Min. Marco Aurélio Buzzi (STJ).



Juiz André Santos e o Des. Froz Sobrinho



Ministro Caputo Bastos (TRT)



O Ministro Reynaldo Soares da Fonseca (STJ) com o Des. Paulo Velten e esposa



Juiz Federal Ivo Anselmo Hohn Jr. e o palestrante Prof. Isaac Dias (UNB-DF)



Advogado Marcelo Lobato e o Des. Ingo Sarlet (TJ-RS)



Prof. da UNDB Antônio Gaspar e o Pres. da OAB-MA Thiago Dias.



Ministro Tefi Cordeiro (STJ) e Caputo Bastos (TRT)



A palestrante e profa. Amanda Thomé e o Coord. do Curso de Direito UNDB Prof. Arnaldo Vieira

Atos de *serial killer* são alvo de debate na PGJ

Francisco das Chagas matou 42 meninos, sendo 30 no Maranhão e 12 no Pará; casos foram debatidos no Circuito de Palestras Infor-Mentes Criminosas

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

A série de assassinatos cometidos pelo mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 53 anos, apontado como o maior *serial killer* do país, foi um dos temas de discussão durante o III Circuito de Palestras Infor-Mentes Criminosas, que aconteceu na quinta-feira (18) e sexta-feira (19), na sede da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), no Calhau. O evento foi promovido pelo Instituto Nacional de Perícias Forenses (Infor), em parceria com o Ministério Público do Maranhão.

O perito criminal do Distrito federal e diretor do Infor, Cássio Thyone Almeida, foi um dos palestrantes desse evento e abordou sobre o criminoso em série Ademar Jesus da Silva, que é acusado de matar oito meninos no estado de Goiás, nos anos de 2005 a 2010, como ainda fez uma analogia com os casos cometidos por Francisco das Chagas.

“É muito importante perceber a preocupação de divulgarem esse tema”, afirmou Cássio Thyone Almeida, que tem pesquisas na área.

Chagas

De acordo com a polícia, Francisco das Chagas é acusado de ter assassinado 42 meninos, sendo 30 no Maranhão e 12 no Pará, e desde o ano de 2003 está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele já foi condenado a mais de 500 anos de prisão no julgamento de 17 processos pelas mortes das crianças, ocor-



Francisco das Chagas já foi condenado a mais de 500 anos

ridas na Ilha, na década de 1990. A história ficou conhecida como “o caso dos meninos emasculados”.

Um dos últimos julgamentos do criminoso ocorreu no mês de novembro de 2016, no fórum da cidade de São José de Ribamar. Ele foi condenado a 13 anos e 4 meses em regime fechado pela morte e ocultação de cadáver de Jailson Alves Viana.

O adolescente tinha 15 anos quando saiu de sua residência, na área da Cidade Operária, para tomar banho no rio da Mata de São João, na tarde do dia 25 de dezembro de 1996. O corpo dele foi encontrado no dia 5 fevereiro de 1997, nas proximidades do povoado Santana, na área da Cidade Olímpica.

Mais processos

Os processos contra Francisco das Chagas tramitam na 1ª e 2ª Varas de



Corumbá está detido na unidade prisional de Goiânia

São José de Ribamar, na 1ª Vara de Paço do Lumiar e 9ª Vara Criminal de São Luís. Nas Varas de São José de Ribamar, existem 14 processos contra o mecânico e outros nove processos em Paço do Lumiar. Todas as vítimas tinham o mesmo perfil, com idade máxima de 15 anos, e pertenciam a famílias pobres: eram atraídas para um matagal com falsa promessa de recompensas.

Na 9ª Vara Criminal de São Luís, o mecânico responde por mais dois homicídios. Ele já foi julgado e condenado a 29 anos por um dos crimes, novamente praticado contra um menor. O segundo processo está aguardando para ser incluído na pauta do júri naquela unidade. Inicialmente, o processo foi distribuído para a 4ª Vara do Tribunal do Júri, mas depois foi encaminhado para a 9ª Criminal, devido à competência para processar e julgar crimes contra crianças.

Fotos/Divulgação

“É muito importante perceber a preocupação de divulgarem esse tema”

CÁSSIO THYONE ALMEIDA,
perito criminal do Distrito federal e
diretor do Infor

Além disso, Francisco das Chagas responde a processos na Justiça do Pará, que enviou duas cartas precatórias (instrumento de comunicação com pedido de providências para juízes que atuam em localidades distintas) para que a 1ª e 3ª Varas do Tribunal do Júri de São Luís intimassem o mecânico. As precatórias já foram cumpridas e devolvidas à Justiça do Pará.

Corumbá

Também no Maranhão teve outro *serial killer*, José Vicente Mathias, o Corumbá. Este criminoso é suspeito de ter matado, com requintes de crueldade, pelo menos cinco mulheres, entre os anos de 1999 a 2005, duas delas no Maranhão. No mês de maio deste ano, ele foi condenado a 22 anos, 4 meses e 15 dias pelo assassinato da turista espanhola Núria Fernandez Collada, de 27 anos, ocorrido no dia 18 de março de 2005, na praia de Itatinga, na cidade de Alcântara. ●

Íntegra em o.estadoma.com/453424

A juíza Ana Beatriz em Brasília

Ana Beatriz Jorge (juíza titular da 2ª Vara Cível da comarca de Imperatriz), que muito tem orgulhado o Poder Judiciário, esteve em Brasília visitando o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli. Na oportunidade, apresentou ao ministro o projeto “Mediar Para Educar”, vencedor da oitava edição do Prêmio Conciliar é Legal (CNJ). O projeto promove atividades de mediação de conflitos escolares com estudantes de Imperatriz. A magistrada recebeu em fevereiro deste ano a premiação da categoria “Juiz Individual da Justiça Estadual”, por meio do projeto desenvolvido na comarca. Promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Prêmio “Conciliar é Legal” reconhece boas práticas de solução de conflitos e aprimoramento do Poder Judiciário que valorizem a autocomposição – solução do litígio por decisão consensual entre as partes. Foram 12 categorias, entre elas os tribunais que alcançaram os maiores índices de conciliação nos 12 meses anteriores à campanha e os tribunais que mais conciliaram durante a Semana Nacional de Conciliação, ocorrida em 2017. A reunião na capital federal também contou com a presença de representantes da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages).



Esquerda para a direita: Dr. Carlos Hamilton, presidente Anamages, Magid, desembargadora Karin, ministro Dias Toffoli, Ana Beatriz e a desembargadora Fátima Faz



Ministro Dias Toffoli com a juíza Ana Beatriz

Acusado de assassinato é condenado a 27 anos de prisão em Carolina

Divulgação



Acusado foi julgado no fórum de Carolina

O juiz Mazurckiévicz Sarai-va, titular de Carolina, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca nesta semana. O réu foi João Carvalho Campos, que estava sendo acusado de ter assassinado com golpes de faca Jeová Mendes da Silva. João Carvalho foi considerado culpado pelo conselho de sentença e recebeu da Justiça a pena de 27 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Conforme informações constantes no inquérito policial, o crime aconteceu em 11 de julho de 2017, na Rua Humberto de Campos, em Carolina. Na data referida, Jeová teria ido até a casa de João Carvalho para comprar drogas. Entretanto, Jeová teria batido na porta da frente da residência, fato que teria desagradado o réu, conhecido no município como sendo um traficante de entorpecentes. Vizinhos teriam informado que João Carvalho Campos não atenderia usuários de drogas pela porta da frente. O fato de a vítima ter contato com policiais também seria outra motivação para o crime, que inclusive já teria ajudado a desvendar alguns crimes no Município. No momento dos golpes, Jeová teria pedido a João que não o matasse, dizendo ser

seu amigo, mas não foi atendido. Ele faleceu no mesmo local, em decorrência das várias facadas que levou.

“Ante a decisão do Conselho de Sentença de considerar o réu culpado, passo à dosimetria da pena: Primeiramente registre-se que o réu possui antecedentes negativos que podem ser valorados, sem mencionar a reincidência que será abordada mais adiante, conforme certidão acostada aos autos. Quanto à culpabilidade, agiu entendendo completamente o caráter ilícito de sua conduta, sendo que lhe era intensivamente exigível ação diversa. Agiu, destarte, de modo altamente reprovável”, relatou o juiz na sentença.

E concluiu: “Sobre a conduta social e a personalidade do réu nos autos, temos poucas informações, razão pela qual deixo de valorá-las. O motivo do crime foi objeto de deliberação pelo Conselho de Sentença, pelo que também me abstenho de tecer comentários nesta fase. Considero a pena aplicada ao réu como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. O réu cumprirá a pena em regime inicial fechado de cumprimento da pena. Cumprirá a pena em estabelecimento penal a ser determinado pela execução, conforme disponibilidade”.

César Bombeiro quer agilizar processo de regularização fundiária em bairros de São Luís



Agilizar a promoção de regularização fundiária dos bairros da Liberdade, Camboa, Fé em Deus, Alemanha, Vila Palmeira e Gancharia está sendo o principal foco de um requerimento de autoria do vereador César Bombeiro, que encontra-se para ser votado nos próximos dias pelo plenário da Câmara Municipal.

Na sua proposição, o parlamentar do PSD solicita que o Legislativo encaminhe ofício ao prefeito Edivaldo Holanda Junior, e ao secretário Municipal de Urbanismo e Habitação, Madison Leonardo Andrade Silva, no sentido de que viabilizem a regularização fundiária que há muito tempo vem sendo esperada por milhares de moradores desses bairros. César Bombeiro cita também em sua argumentação que seja levada em consideração "ainda que em uma ação conjunta desenvolvida entre a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação e a Magistrada Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, Dra. Luzia Nepomuceno, diversos bairros da capital vem sendo contemplados com títulos de propriedade".

Para o vereador, "desse

modo sabendo que o excelente projeto ainda não atingiu seu objetivo em sua totalidade, tendo em vista que faltam bairros essenciais como os que foram supracitados, vem-se através deste expediente demonstrar a necessidade de que a regularização fundiária avance quando à essas comunidades".

Acrescenta César Bombeiro que "considerando que o Programa de Regularização Fundiária abrange São Luís/MA, e que como parte das metas do Projeto PAC-Rio Anil I, O Governo do Estado em parceria com a Prefeitura de São Luís já efetuou diversas entregas de títulos de propriedade em diversos bairros da nossa capital, consistindo com isso na devida regularização fundiária".

Para finalizar César Bombeiro destaca que "assim, sabendo que a Prefeitura por meio de sua Secretaria de Urbanismo e Habitação já realiza o trabalho de regularizar os títulos de propriedade, roga-se que tal programa seja estendido também aos bairros da Liberdade, Camboa, Fé em Deus, Alemanha, Vila Palmeira e Gancharia".

Presidente do TJMA instala nova Vara Cível e inaugura anexo do Fórum em Pedreiras

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, instalou, na quinta-feira (18), a 4ª Vara Cível na Comarca de Pedreiras e inaugurou, em seguida, o anexo do Fórum Desembargador Araújo Neto.

Para o desembargador Joaquim Figueiredo, a instalação da 4ª Vara se faz necessária para tornar mais rápida a prestação jurisdicional àqueles que se socorrem da Justiça. “A instalação da nova unidade judicial é fruto de trabalho e esforços coletivos da família judiciária maranhense. Ao inaugurarmos esta significativa obra, estamos contribuindo para uma melhor e mais rápida prestação de serviços jurisdicionais à população pedreirense. Agradeço o empenho dos juízes da Comarca para a concretização desse projeto institucional”, ressaltou o desembargador Joaquim Figueiredo.

A nova unidade judicial foi criada pela Lei Complementar nº 198/2017 e terá as seguintes competências: Cível, Comércio, Registros Públicos, Fundações, Tutela, Curatela e Ausência. Levantamento preliminar estima que a vara iniciará suas



O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo e magistrados descerraram a placa

atividades com um quantitativo de 2.000 processos. Quem vai responder pela nova unidade judicial é o diretor do Fórum, juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento. Também atuam na comarca os juízes Marco Adriano Ramos Fonseca (1ª Vara), Ana Gabriela Costa Ewerton (2ª Vara) e Larissa Rodrigues Tupinambá Castro (3ª Vara). No período de 2015 a 2017, foram distribuídos nas três Varas e no Juizado da Comarca de Pedreiras, uma média de 472 processos novos por mês. Para o diretor do Fórum de Pedreiras, juiz Artur Gustavo Azevedo do Nascimento, “a nova unidade judicial é muito

importante para atender a significativa demanda processual da Comarca”, afirmou o magistrado, agradecendo o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, pela realização da obra.

FÓRUM

Após a instalação da vara, o presidente do TJMA inaugurou o Anexo do Fórum Araújo Neto, que possui uma sala do Núcleo Psicossocial, Gabinete do Diretor, cozinha, almoxarifado e banheiro. Os serviços da obra foram desenvolvidos pelos apenas acolhidos pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de

Pedreiras (APAC), por meio de uma parceria institucional.

COMARCA

Distante 276 quilômetros da capital, a Comarca de Pedreiras (entrância intermediária) também atende às cidades de Lima Campos e Trizidela do Vale (termos judiciários). O fórum fica localizado na Rua das Laranjeiras, s/nº – Goiabal. Com a nova unidade, a comarca passa a contar com quatro varas judiciais e um Juizado Especial Cível e Criminal.

Além dos magistrados da comarca, também compareceram ao evento o desembargador Marcelino Everton; juiz Ângelo Santos (presidente da AMMA); os juízes Rodrigo Nina (Santa Luzia do Paruá); Teresa Palhares Nina (Pinheiro); juízes da Comarca de Bacabal, João Paulo Mello, Marcello Frazão Pereira, Vanessa Ferreira Pereira Lopes e Jorge Leite; os promotores de Justiça, Marina Carneiro e José Carlos Farias; diretor-geral do TJMA, Mário Lobão; presidente da OAB-Subseção de Pedreiras, Helvécio Fernandes dos Santos; comandante da Polícia Militar de Pedreiras, major Ricardo Almeida de Carvalho; advogados, funcionários da comarca e membros da comunidade.

Governo inaugura posto de registro civil na Maternidade Nossa Senhora da Penha

VITOR JORDAN

O governo do Estado inaugurou, nessa sexta-feira (19), um Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento, na Maternidade Nossa Senhora da Penha, no bairro Anjo da Guarda, em São Luís. Este é o terceiro posto de atendimento na capital maranhense e o 24º posto de registro de nascimento civil instalado em maternidade conveniadas ao Sistema Único de Saúde em todo o estado.

A instalação do posto integra a política de combate ao subregistro da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), Secretaria do Trabalho e da Economia Solidária (Setres) e a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão.

Para o secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, a inauguração de mais um posto é fruto do compromisso do governo do Estado com todos os maranhenses. “Estamos fazendo esse trabalho juntamente com a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular. O nosso objetivo é facilitar o acesso para essas mães para que tenham a possibilidade de fazer o registro social de suas crianças junto com outros serviços que oferecemos na



Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento foi instalado na Maternidade Nossa Senhora da Penha

própria maternidade”, disse. Na ocasião, o secretário de Estado Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, afirmou que a instalação do posto é um avanço nas políticas públicas de promoção da cidadania e direitos humanos. “Esse é o 24º posto que a gente instala no governo do Flávio Dino e o objetivo dele é enfrentar o subregistro em nosso estado. O modo mais eficiente de fazer isso é abrir um posto de registro nos locais de nascimento das crianças. A nossa meta é instalar um posto

em cada unidade que realiza até 300 partos por ano, de acordo com o provimento da Corregedoria Geral de Justiça”, explicou. Após a inauguração do Posto Avançado de Registro Civil de Nascimento, Bruna Frasão, mãe do pequeno Lourenço Souza Rodrigues, registrou o filho no novo serviço na maternidade. “Fico feliz pelo nascimento dele e com um documento que reconhece meu filho como um cidadão. Vou sair daqui com o registro do meu filho, sem precisar ir para outro lugar”, afirmou.

Acusado de matar ex-secretário de Cultura de Grajaú cumprirá pena em liberdade

Em sessão do tribunal do júri ocorrida na quinta-feira (18), Maurício da Mota Dutra, o “Docó”, foi condenado a um ano e seis meses de detenção em regime aberto, mas a pena foi substituída por duas penas restritivas de direito. Ele era réu na morte de José de Arruda Andrade Filho, ex-secretário de Cultura do município de Grajaú, crime que aconteceu no ano de 2003 naquela cidade.

Por decisão do Conselho de Sentença, o crime foi desclassificado para homicídio culposo (não intencional), acatando a tese da defesa do acusado. Nesse caso, a decisão da condenação por parte dos jurados foi cessada, sendo que a competência passou ao magistrado singular. O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular da 2ª Vara da Comarca de Grajaú, assinalou que a dinâmica do fato mostra que o réu não agiu dolosamente, “sobrevindo resultado diverso do pretendido”.

A PRISÃO DO ACUSADO

Maurício foi preso no dia 7 de junho de 2017, no município de Papucaia, no Rio de Janeiro, ou seja, 14 anos após o assassinato do ex-secretário de Cultura de Grajaú. A captura ocorreu depois que um transeunte abordou uma guarnição do 35º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que foi alertada sobre uma intensa venda de entorpecentes na Rua Gracinda de Souza Pinto. Sendo assim, a equipe se deslocou ao local, onde Maurício foi abordado e revistado. Ao verificar o nome dele nos sistemas policiais, foi detectado que ele era foragido da Justiça do Maranhão por homicídio. Com a descoberta, o então suspeito foi levado ao 159º Distrito Policial (DP), onde o foragido foi interrogado. A Polícia Civil do RJ, então, comunicou o fato à Secretaria de Segurança Pública maranhense.

O CRIME

Segundo a denúncia do Ministério Público Estadual, “Docó” se desentendeu com um sobrinho da vítima em um bar da cidade, ao que Arruda se interferiu na discussão para evitar uma briga. Indignado, Maurício se deslocou até a casa do ex-secretário, pulou a janela e o matou com golpes de faca em um dos quartos. José era irmão do jornalista e vereador Marcial Lima (PEN), que disse estar inconformado com o resultado do julgamento. **(NM)**

Carolina

Réu é condenado a 27 anos de reclusão pelo Tribunal do Júri

Em sessão de julgamento do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Carolina, na terça-feira, 16, o réu João Carvalho Campos foi condenado a 27 anos de reclusão em regime inicial fechado pelo crime de homicídio qualificado, praticado contra

Jeová Mendes da Silva. O caso aconteceu na madrugada do dia 11 de julho de 2015, quando o acusado desferiu vários golpes de faca contra a vítima.

O condenado, conhecido como João Gêmeo, foi incurso nas sanções do artigo 121, incisos II, IV e V, do Código Penal Brasileiro, uma vez que o crime foi praticado por motivo fútil, mediante recurso que

impossibilitou a defesa da vítima e para assegurar a ocultação de outro crime.

Durante o julgamento atuou na acusação o promotor de justiça Marco Túlio Rodrigues Lopes, titular da comarca. A sessão foi presidida pelo juiz Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz, e a defesa foi representada pelo defensor dativo Emerson Carvalho Cardoso.

2ª Vara de Coroatá realiza sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri

A 2ª Vara da Comarca de Coroatá realizou uma sessão do Tribunal do Júri na quinta-feira (18), com o julgamento de Edsoneres Alves Araújo, conhecido com “Paredão ou Som”, acusado de homicídio qualificado mediante emboscada contra um homem. O Conselho de Sentença, presidido pelo juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da unidade judicial, decidiu pela absolvição do acusado da prática do crime. Consta na denúncia ministerial, que no dia 20 de agosto de 2011, no Povoado “Vai Quem Quer”, em Coroatá, Edsoneres Alves Araújo e Alexandro Leite (foragido) teriam surpreendido a vítima, mediante emboscada, desferindo quatro tiros, dos quais dois o atingiram mortalmente. Na data, antes de sofrer o atentado, o homem ingeriu bebida alcoólica no Bar do Seu Valter, sendo seguido após sua saída daquele estabelecimento.

“Conforme apurado nas investigações da Polícia, o motivo do crime seria o fato da vítima ter estuprado a esposa do denunciado Alexandre Leite, no ano de 2005, quando o mesmo cumpria a pena em presídio estadual”, narra o MPMA. Durante o julgamento, Edsoneres negou a autoria do crime, atribuindo o fato criminoso a Alexandre Leite, que encontrava-se foragido até o momento, com Mandado de Prisão aguardando o cumprimento pelas autoridades policiais.

Além do magistrado Francisco Lima e dos sete jurados do Conselho de Sentença, atuaram pela acusação, o promotor de Justiça Luís Samarone de Carvalho; e defesa, o advogado André Farias Pereira.